



PSD p.4

PSD apela à "responsabilidade parlamentar" da oposição



Parlamento p.9

Novo Presidente da Assembleia da República "não começou bem"

POVO LIVRE



nº 1895

28 de Outubro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Pedro Passos Coelho indigitado Primeiro-Ministro



O Presidente da República comunicou ao país que indigitou o presidente do PSD para o cargo de Primeiro-Ministro

Pedro Passos Coelho indigitado Primeiro-Ministro



Às 20h05, de quinta-feira, 22 de Outubro, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, fez uma comunicação ao país. O chefe de Estado anunciou que indigitara o presidente do PSD e líder da coligação Portugal à Frente, Pedro Passos Coelho, para o cargo de Primeiro-Ministro. Cavaco Silva cumpria assim a tradição democrático-institucional de “nomear” o vencedor das eleições legislativas. Depois de ouvir os sete partidos com assento parlamentar e tendo presente que nos 41 anos de democracia portuguesa a responsabilidade de formar Governo foi sempre atribuída a quem ganhou as eleições: “Indigitei hoje, como Primeiro-Ministro, o doutor Pedro Passos Coelho, líder do maior partido da coligação que venceu as eleições do passado dia 4 de Outubro”, anunciou.

“Tive presente que nos 40 anos de democracia portuguesa a responsabilidade de formar Governo foi sempre atribuída a quem ganhou as eleições. Assim ocorreu em todos os actos eleitorais em que a força política vencedora não obteve a maioria dos deputados à Assembleia da República, como aconteceu nas eleições legislativas de 2009, em que o Partido Socialista foi o partido mais votado, elegendo apenas 97 deputados, não tendo as demais forças políticas inviabilizado a sua entrada em funções”, lembrou o Presidente da República.

Num discurso de dez minutos, o Presidente da República referiu-se quer às negociações ocorridas entre a coligação PSD/CDS-PP e o PS, quer às conversações entre o PS com os partidos mais à esquerda (BE, PCP e BE), recordando que na comunicação ao país que proferiu há cerca de duas semanas afirmou que o país necessitava de “uma solução governativa que assegure a estabilidade política”.

Entre as “balizas” que colocou na altura ao futuro

Governo, Cavaco Silva apontou a necessidade da solução governativa ter de respeitar os compromissos históricos assumidos pelo Estado e as grandes opções estratégicas adoptadas desde a instauração da democracia.

Contudo, continuou, numa referência às conversações entre a coligação PSD/CDS-PP e o PS, “os contactos efectuados entre os partidos políticos que apoiam e se revêem no projecto da União Europeia e da Zona Euro não produziram os resultados necessários para alcançar uma solução governativa estável e duradoura”. “Esta situação é tanto mais singular quanto as orientações políticas e os programas eleitorais desses partidos não se mostram incompatíveis, sendo, pelo contrário, praticamente convergentes quanto aos objectivos estratégicos de Portugal. Daí o meu repetido apelo a um entendimento alargado em torno das grandes linhas orientadoras de política nacional”, argumentou.

Vincando a ideia que PSD, CDS-PP e PS são “forças partidárias europeístas”, o Presidente da República considerou “tanto mais incompreensível” que não tenham chegado a um entendimento quando, num passado recente aprovaram o Tratado de Lisboa, o Tratado Orçamental e o Mecanismo Europeu de Estabilidade, “enquanto os demais partidos votaram sempre contra”.

Existem condições em sede parlamentar para período de estabilidade

O líder do PSD considerou, por sua vez, que existem condições em sede parlamentar para que os resultados das eleições sejam respeitados e o país conheça “um período de estabilidade”, apesar de o PS ainda não ter





clarificado a sua posição. “Estamos persuadidos que existem condições em sede parlamentar para que os resultados das eleições de Outubro possam ser respeitados e que o governo que delas emerge com naturalidade possa obter no terreno parlamentar as condições que são necessárias para que país conheça um período de estabilidade e de confiança”, afirmou o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, em declarações aos jornalistas à saída de uma audiência de pouco mais de meia hora com o chefe de Estado, dia 20.

Recordando que a coligação PSD/CDS-PP que venceu de forma “inequívoca” as eleições procurou junto do PS criar condições para haver estabilidade e previsibilidade política, Passos Coelho lamentou não ter sido possível obter da parte dos socialistas “uma clarificação”. De acordo com Passos Coelho, o PSD está convicto de que “o PS não deixará em sede parlamentar de assumir as suas responsabilidades como partido derrotado que foi nas eleições legislativas” e como força política de “grande implantação eleitoral em Portugal”. Lembrando que já no passado existiram Governos que não tinham maioria e que alguns até governaram durante toda a legislatura, Passos Coelho considerou que é dever de todos - “os que ganharam e os que perderam” - “garantir que haja condições de governabilidade”.

Pedro Passos Coelho, que esteve em Belém acompanhado pelos dirigentes do PSD Luís Montenegro, Jorge Moreira da Silva, Marco António Costa e José Matos Rosa, insistiu que é necessário “que o PS diga como entende a viabilização do Governo”, porque “em Portugal não haverá ninguém que conheça qual a perspectiva que o PS defende para a viabilização”.

O líder social-democrata voltou igualmente a justificar o facto de o PSD não ter negociado com o PCP e o BE, alegando que, apesar destes partidos “merecerem todo o respeito”, defendem programas que não são compatíveis com o programa da coligação PSD/CDS-PP. “Se não são compatíveis não podemos fazer de conta ou simular que há consistência política”, disse, admitindo, contudo, que “todos devem fazer concessões”.

Perfil de Pedro Passos Coelho

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, foi indigitado Primeiro-Ministro pela segunda vez. Tem 51 anos, é formado em Economia pela Universidade Lusíada. À frente do PSD desde 26 de Março de 2010, e reeleito em 2012 e 2014, Passos Coelho volta a ser nomeado Primeiro-Ministro depois de mais de quatro anos de governação com o CDS-PP, a maioria dos quais sob assistência financeira externa, na sequência do pedido de resgate de 2011.

A coligação Portugal à Frente foi a força mais votada nas eleições legislativas de 4 de Outubro, com 38,5% dos votos. O PSD e CDS-PP dispõem conjunto 107 lugares no Parlamento.

Pedro Manuel Mamede Passos Coelho nasceu em Coimbra a 24 de Julho de 1964, filho de um médico transmontano e de uma enfermeira do Baixo Alentejo, que se conheceram na Estância Sanatorial do Caramulo. Do Caramulo, a família mudou-se para Angola, onde Passos Coelho viveu parte da infância, regressando a Portugal depois do 25 de Abril de 1974, para a terra dos avós paternos, Valnogueiras, no concelho de Vila Real. Foi em Vila Real, regressado de África, que Passos Coelho se iniciou na política, primeiro participando num congresso da União dos Estudantes Comunistas (UEC), e depois aproximando-se da Juventude Social Democrata (JSD).

Após exercer os cargos de secretário-geral e vice-presidente da JSD, entre 1984 e 1990, foi presidente da organização de juventude do PSD em dois mandatos consecutivos, de 1990 a 1995. Sem nunca ter exercido qualquer cargo governativo, esteve no Parlamento de 1991 a 1999, como deputado e vice-presidente do grupo parlamentar do PSD. “Saí depois de oito anos de Parlamento sem pedir a reforma parlamentar e fui tratar da minha vida sem saber bem ainda os caminhos que havia de seguir. Fui para a Universidade e fui para as empresas”, relatou o próprio Passos Coelho, quando se candidatou à liderança do PSD, no Congresso de Mafra, em 2010.

Depois de ter sido derrotado em 2008 por Manuela Ferreira Leite, foi eleito presidente do PSD nas directas de 26 de Março de 2010, que venceu com 61 por cento dos votos, derrotando Paulo Rangel, José Pedro Aguiar-Branco e Castanheira Barros. Criou um grupo de reflexão política “Construir Ideias”, e escreveu um livro, “Mudar”, editado em Janeiro de 2010 pela Quetzal.

Em 2005, foi eleito presidente da Assembleia Municipal de Vila Real, tendo sido reeleito nas eleições autárquicas de 2009.

Sobre a sua saída do Parlamento em 1999, Passos Coelho disse ainda: “Não queria ficar empregado da política, não tinha lá estado com esse propósito, diga-se de passagem, nunca fui funcionário da política. Comecei a trabalhar aos 18 anos, fui pai aos 24, nunca ninguém na política me deu emprego, nunca pedi emprego para ninguém na política”. É casado e pai de três filhas.



PSD apela à “responsabilidade parlamentar” da oposição

A indigitação do presidente do PSD Primeiro-Ministro respeita a prática constitucional portuguesa e apelou à “responsabilidade parlamentar” dos socialistas para que haja “estabilidade política do Governo”. Numa declaração, na sede nacional do PSD, em Lisboa, Marco António Costa sustentou que, se sociais-democratas e centristas não podem “oferecer uma solução de maior estabilidade” governativa, isso deve-se “exclusivamente à responsabilidade do PS, que não quis de forma manifesta dar qualquer oportunidade a que se criasse condições de um entendimento”. O vice-presidente coordenador do PSD disse esperar “que seja possível contar com o sentido de responsabilidade daqueles que no arco parlamentar no passado sempre estiveram coincidentes com as grandes causas nacionais” e deixou um apelo: “Se até agora não foi possível encontrar essa disponibilidade do PS, que no âmbito da responsabilidade parlamentar seja possível encontrar a estabilidade que não foi até aqui encontrada nas negociações”.

Marco António Costa fez esta declaração depois de o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, ter comunicado ao país que indigitou o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, Primeiro-Ministro, na qualidade de líder da coligação vencedora das eleições legislativas de 4 de Outubro.

O porta-voz do PSD começou por considerar que essa decisão do Presidente da República “constitui o respeito pela expressão democrática dessas mesmas eleições” e “está em total conformidade com a regra e a prática constitucional” da democracia portuguesa. “Sempre assim foi no passado, não haveria razão para que agora assim não fosse”, defendeu.

“Fecha-se agora o tempo do senhor Presidente da República e abre-se um novo ciclo, um novo tempo, que é o tempo de um novo Governo e da responsabilidade das forças políticas com assento parlamentar de saber respeitar e honrar aquela que foi a vontade popular, criando as condições que são indispensáveis para garantir a estabilidade política do Governo que vai ser empossado”, declarou.

“Abre-se um tempo de responsabilidade política do parlamento, mas, acima de tudo, abre-se um tempo de respeito pelo resultado eleitoral do passado dia 04 de Outubro”, acrescentou Marco António Costa.

De acordo com Marco António Costa, é preciso assegurar “a estabilidade política do Governo que vai ser empossado” para não pôr em causa “a manutenção das condições de confiança que garantem a continuação do crescimento económico e da recuperação do emprego”.



“Da nossa parte, tudo faremos para apoiar, como fizemos nos últimos quatro anos, Portugal nesta caminhada de recuperação económica e social, garantindo aos portugueses que não viraremos as costas em circunstância alguma a qualquer dificuldade”, concluiu.

É possível retomar o diálogo com PS

O vice-presidente coordenador admite igualmente a possibilidade de a coligação retomar o diálogo com o PS, sublinhando que o programa socialista tem “muitos pontos de contacto” com o do PSD/CDS. “Acreditamos que o PS tem sempre a oportunidade para corrigir a trajectória errada que está a fazer relativamente à história, porque a sua história não é no sentido desta trajectória, estamos a um mês do 25 de Novembro e recordamos a importância que o PS teve para ajudar a cimentar valores de democracia que nós perfilhamos”, afirmou.

Em declarações aos jornalistas, no final de um encontro com dirigentes da JSD do distrito do Porto, domingo, Marco António Costa disse que a coligação nunca fechou as portas ao diálogo. “Julgo que toda a gente já percebeu que o simulacro que tivemos até aqui com o PS é porque efectivamente há uma ambição pessoal de alguém que quer sobrepor a sua ambição aos interesses nacionais”, sustentou.

O porta-voz do PSD considerou que “é sempre pos-

sível, a todo o tempo, em democracia, o diálogo com todos os partidos sem excepção, mas nós sabemos que há partidos que têm programas e projectos políticos que são inconciliáveis com aqueles que o PSD, o CDS e o PS defendem para a sociedade portuguesa”.

“Os nossos programas, em muitos pontos, são conciliáveis, o que não são conciliáveis são os programas do PS, do BE e do PCP, a não ser num arranjo oportunista de querer chegar ao poder de qualquer maneira e de criar uma condição de bloqueio ao respeito do resultado eleitoral”, sublinhou. Para Marco António Costa, “é preocupante ver que se criou uma coligação de bloqueio em Portugal, relativamente ao respeito que era devido e merecido pelos portugueses quanto ao resultado eleitoral do dia 4 de Outubro”.

“O que temos visto é uma soma de vontades negativas que pretendem subverter os resultados eleitorais de 04 de Outubro, impedindo que quem venceu as eleições possa governar o país”, referiu.

Em seu entender, “isto não teria relevância se fosse um mero jogo floral entre políticos, mas a verdade é que isto prejudica o país e gera graves consequências de instabilidade na imagem externa e interna, provoca necessariamente perturbações aos percursos de crescimento económico que o país estava a viver e também de recuperação do emprego e baixa do desemprego que nos últimos meses temos sentido de forma sustentada e que temos a expectativa que possa continuar no futuro”.

Carlos Carreiras

Eleição de Ferro Rodrigues representa “inversão de práticas democráticas”

O vice-presidente do PSD, Carlos Carreiras, considera que a eleição do socialista Ferro Rodrigues para presidente da Assembleia da República representa a inversão de práticas democráticas que têm garantido a estabilidade do país ao longo de 41 anos. “Ontem [sexta-feira] o que se passou foi mais uma quebra de práticas democráticas com a eleição do presidente da Assembleia da República por um membro do partido que perdeu, de facto, as eleições. E isso vem num conjunto de práticas que já começam a ser muito permanentes por parte, nomeadamente, do Partido Socialista, em não respeitar aquilo que era a estabilidade das práticas democráticas do Portugal de Abril”, acusou Carlos Carreiras.

O vice-presidente do PSD, que falava aos jornalistas à margem de um evento no Clube Naval de Cascais, sábado, mostrou-se “preocupado” com o facto de se estar “a ir atrás de um movimento de meia dúzia de pessoas, que na sua sobrevivência política tentam impor-se à própria democracia”.

“O PSD não pode deixar de registar e de denunciar a inversão de práticas democráticas que se verificam ao longo destes 41 anos de democracia no nosso país e que têm garantido esta estabilidade de ser o período mais longo de democracia que vivemos e que pretendemos que continue”, sublinhou o vice-presidente dos sociais-democratas.

Além disso, Carlos Carreiras entende que “já se está a ultrapassar barreiras que não se tinham ultrapassado” até agora, nomeadamente “no respeito pelas próprias instituições democráticas”, referindo-se em concreto ao Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.



Coligação Portugal à Frente reuniu com a UGT

Uma delegação constituída pelo presidente do grupo parlamentar do PSD, Luís Montenegro, o secretário-geral José Matos Rosa, pelo presidente do CDS-PP, Paulo Portas, e vice-presidente do CDS-PP, Pedro Mota Soares, reuniu com a União Geral de Trabalhadores (UGT), segunda-feira, 26 de Outubro de 2015. No encontro, Luís Montenegro elogiou a concertação social, que considera ter sido “fundamental” para enfrentar e superar os sacrifícios e os esforços dos últimos quatro anos.

Ministro da Defesa quer NATO reforçada

O ministro da Defesa Nacional, Aguiar-Branco, defendeu que o futuro de Portugal na NATO não pode ser questionado e considerou que o tempo actual não permite “experimentalismos políticos” e, pelo contrário, exige um “reforço de eficiência”. “Se alguma coisa acontecer, os nossos amigos aliados vão ajudar tal como nós fizemos no passado e tal como continuaremos a fazer. É por isso que o futuro de Portugal na NATO nunca pode estar em questão”, afirmou José Pedro Aguiar-Branco, dia 20 de Outubro, intervindo na sessão de abertura do Fórum Internacional da Indústria da NATO, em Lisboa.

O ministro considerou que Portugal deve ter um papel activo na NATO (OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte) e que esse objectivo deve estar “no topo das prioridades” políticas de “qualquer Governo”, advertindo que não é o tempo para “experimentalismos políticos”.

Questionado pelos jornalistas, após a sessão de abertura do Fórum, sobre se um Governo de maioria de esquerda poderia prejudicar a presença de Portugal na NATO, Aguiar-Branco disse que “o contributo de Portugal para a NATO deve ser indiscutível ainda mais num momento de grandes ameaças internacionais, complexas e muito exigentes”.

A presença de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte “é uma linha divisória, estrutural, que não pode ser escamoteada” e, pelo contrário, “exige-se um reforço de eficiência, uma resposta mais pronta para esse tipo de ameaças”.

Questionado sobre se é realista a defesa da saída de Portugal da NATO, tal como advogam o PCP e o BE, Aguiar-Branco considerou que “do ponto de vista da opção ideológica tem que se respeitar” mas, do “ponto de vista de país, [a presença de Portugal na NATO] deve ser indiscutível”.

“As ameaças estão aí, quer no flanco leste, quer no flanco sul (...) o chamado estado islâmico são situações reais. Essas situações exigem que não haja qualquer espécie de experimentalismo, pelo contrário”, defendeu.

Para Aguiar-Branco, a NATO, da qual Portugal foi um dos países fundadores, foi fundamental para a “implantação democrática” no país e para a modernização das Forças Armadas.





Paulo Rangel eleito vice-presidente do PPE

O eurodeputado Paulo Rangel foi eleito um dos 10 vice-presidentes do Partido Popular Europeu (PPE), obtendo 342 votos no congresso que decorreu em Madrid. O presidente do PPE - a maior família política europeia e à qual pertencem o PSD e o CDS-PP -, o francês Joseph Daul, foi reeleito na quarta-feira, dia 21.

Paulo Rangel considerou que a sua eleição como vice-presidente do PPE dará “o dobro do peso” ao PSD - e por inerência também ao CDS-PP. “Isto é muito importante porque nos dá acesso às cimeiras do PPE. Significa que teremos a oportunidade de uma interlocução directa, um contacto e influência directa sobre os primeiros-ministros e chefes de Estado em funções que pertencem ao PPE”, afirmou Paulo Rangel.

Para o eurodeputado, esta eleição vai, por isso, “reforçar o peso de Portugal no contexto da política do PPE, contribuindo mais para definir a sua política”.

Além de Paulo Rangel, também foram eleitos para a vice-presidência três comissários europeus - a belga Marianne Thyssen, o austríaco Johannes Hahn e o finlandês Jyrki Kataunen - e o vice-presidente do Parlamento Europeu e ex-comissário italiano, António Tajani. O alemão David Mcallister, o polaco Jacek Saryusz-Wolski, a húngara Kinga Gál, o irlandês Dara Murphy e a holandesa Corien Wortmann-Kool completam a lista. O tesoureiro do PPE será o alemão Christian Schmidt.

O PSD fez-se representar neste congresso pelos eurodeputados Fernando Ruas, Sofia Ribeiro, Carlos Coelho, Cláudia Aguiar, José Manuel Fernandes e Paulo Rangel. Estiveram ainda no encontro os seguintes delegados: Carlos Costa Neves, Pedro Roque, Simão Ribeiro, Álvaro Amaro, Bruno Lagos, Lélío Lourenço, Luís Vales, José Luís Mendonça e Carlos Condesso.



Paulo Rangel pede que PS explique “contradições do PCP” sobre saída do euro

Paulo Rangel desafiou o Partido Socialista a explicar “como é que faz uma aliança com o PCP”, um partido que continua a propor na Europa a criação de fundos para apoiar uma saída negociada de Portugal da zona euro e da moeda única. “Gostava que o Partido Socialista nos explicasse como é que faz um acordo com um partido que está na Europa, neste momento, a propor a saída de

Portugal do euro. Portanto, o PCP não abandonou, nem sequer pôs entre parêntesis, nem sequer suspendeu a sua reclamação de que Portugal saia do euro. O PCP está a tomar medidas práticas no Parlamento Europeu, que vão ser votadas para a semana, para tirar Portugal do euro”, declarou Paulo Rangel numa pausa do Congresso do PPE.

Para o eurodeputado do PSD, é uma “contradição” que “o Partido Comunista Português diga que apoia uma solução de governo de esquerda [com o PS e do Bloco de Esquerda] e que abdique da saída do euro”, mas “apresenta no Parlamento Europeu uma proposta

para se criar um fundo de apoio à saída negociada do euro, de Portugal e de outros países". "Gostava que esta contradição fosse explicada. O PCP tem de explicar e o PS também tem de explicar".

Para Paulo Rangel, a responsabilidade da situação política que se vive em Portugal - com uma vitória sem maioria absoluta da coligação PSD/CDS-PP - a abrir a porta a uma maioria de esquerda no parlamento - pertence sobretudo ao PS.

Paulo Rangel sublinhou que o PS não tem tido sentido de Estado até ao momento. "Ficou claro que o PS andou a brincar às negociações com a coligação. Fez 'bluff' com a coligação, porque quer salvar o seu secretário-geral. E para o salvar politicamente quer fazer dele primeiro-ministro à viva-força, mesmo que isso implique aliar-se com o PCP, que está hoje no Parlamento Europeu a defender a saída de Portugal do euro", reiterou.

Por último, e questionado sobre se o PS estará unido em torno da linha do seu secretário-geral, Paulo Rangel ressaltou que "há muitos dirigentes socialistas que estão contra esta posição de sedução que o PS está a procurar junto da extrema-esquerda e da esquerda radical, que é anti-europeia, anti-euro, anti-NATO". "Sabemos que há muitos dirigentes socialistas com bom senso, que percebem que isto prejudica o país em primeiro lugar e o próprio PS em segundo", assinalou.

Presidente do PPE aponta incongruências nos comunistas portugueses

O presidente do Partido Popular Europeu criticou a atitude dos comunistas portugueses, por defenderem no parlamento europeu linhas de apoio para sair do euro e admitirem em Portugal, devido a negociações com o PS, deixar cair essa ideia. "Sobre a situação de Portugal, vou dizer uma frase: os mesmos comunistas portugueses que pediram no parlamento europeu que o orçamento [comunitário] contenha uma linha que preveja a saída do euro, são os mesmos que dizem em Portugal que isso não é um problema, que querem ficar na Europa", declarou Joseph Daul, em conferência de imprensa no primeiro dia do Congresso do Partido Popular Europeu, em Madrid.

Daul referia-se à cedência do PCP - que defende que se estude a saída de Portugal do euro - nas negociações com o PS para formar governo, juntamente com o Bloco de Esquerda. "Não sei como vão governar", acrescentou Daul sobre o que considerou ser uma diferença de posições. Por isso mesmo, pediu aos socialistas portugueses que, se decidirem formar "governo extremista", então "que o admitam já".

Joseph Daul também comparou Portugal à Grécia no que toca à situação actual, alertando que "quem está a brincar com a situação", perdendo cinco ou seis meses, pode trazer para Portugal custos económicos elevados e esforços adicionais aos portugueses.

"Vejam o que aconteceu na Grécia. Está prestes a acontecer em Portugal", salientou Daul, para quem os portugueses "fizeram um esforço" que agora se arriscam a deitar fora.

Já o secretário-geral do PPE, o espanhol Antonio López-Isturiz, salientou que a coligação PSD/CDS-PP em Portugal ganhou "contra todos os prognósticos", numa "vitória claríssima".

"No entanto, o futuro de Portugal está a ser discutido em alguns gabinetes, entre o Partido Socialista" e dois partidos à sua esquerda, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda, notou. "Se ocorrer isto será um mau sinal. E que tomem nota, sobretudo em Espanha, da tentação de termos esse tipo de coligações", disse o espanhol.

Para López-Isturiz, uma coligação de esquerda em Portugal afastaria os investidores. "Podem imaginar como reagiriam a isto os investidores que agora confiam



em Portugal e Espanha. Os investidores geram riqueza, trabalho, empresas. E agora o tecido comercial volta mexer. Ora [uma coligação de esquerda]" gera grandes dúvidas e pode por tudo em perigo", concluiu.

Mariano Rajoy: Coligação PS-BE-PCP em Portugal seria "negativo para todos"

O presidente do Governo espanhol considera que uma coligação de esquerda em Portugal, entre o PS, o Bloco de Esquerda e o PCP, "seria negativo para os interesses de todos", e "não respeitaria" a vontade dos portugueses. "Espero que as coisas [em Portugal] resultem razoavelmente. Seria a primeira vez na história - desde que a democracia regressou a Portugal - que não governaria o partido que ganhou as eleições. Uma coligação entre o Partido Socialista, o Podemos de lá [Portugal] e o Partido Comunista seria muito negativo para os interesses de todos. E sobretudo não respeitaria o que disseram os cidadãos", disse hoje Mariano Rajoy à entrada para o último dia de Congresso do Partido Popular Europeu, a decorrer em Madrid.

Na cimeira do centro-direita europeia - que recebeu líderes como a chanceler alemã, Angela Merkel, o antigo presidente francês Nicolas Sarkozy e o ex-Primeiro-Ministro italiano Silvio Berlusconi - Rajoy recordou as posições contrárias à União Europeia dos dois partidos com os quais o PS está a negociar para formar governo. "Há partidos que não querem o euro, não querem as regras da União Europeia e batalham sempre contra o que aprovamos na União. Insisto: eu gostaria e espero - isso é que é democrático - que Passos Coelho seja reeleito primeiro-ministro" em Portugal, reiterou o líder do executivo espanhol.

O presidente do governo espanhol destacou a dificuldade do trabalho de Pedro Passos Coelho e o esforço dos portugueses nos últimos quatro anos. "Ele passou por uma etapa de enorme dificuldade, o povo português fez um grande esforço e agora estão a seguir em frente.

Houve um pouco de crescimento económico, também se está a criar emprego e seria uma pena retroceder agora e voltar ao passado", salientou.

Também presente no Congresso, o Comissário Europeu para a Investigação, Inovação e Ciência, o português Carlos Moedas, disse que está a seguir com atenção a situação portuguesa e reconheceu que os colegas na Comissão lhe têm feito muitas perguntas sobre a crise política em Portugal. "As eleições em Portugal tiveram os resultados que todos conhecemos. Agora é a hora do Presidente da República, a hora dos partidos. Não é a hora da Comissão Europeia", afirmou Carlos Moedas, acrescentando que "a Comissão Europeia trabalhará sempre com todos os governos democraticamente eleitos".

Esquerda usou "jogo negativo" e foi rejeitada pelo povo

O presidente do PSD criticou o "jogo negativo" usado pelos partidos de esquerda em Portugal, "rejeitados pelo povo" por terem mobilizado o "radicalismo" e a "demagogia". "Sempre confiei no bom senso do povo português e, de facto, todos os partidos políticos que viraram as costas à realidade nos últimos anos foram derrotados nas urnas. Os líderes políticos que usaram a demagogia contra o senso comum e mobilizaram o radicalismo contra a responsabilidade foram rejeitados pelo povo", frisou Pedro Passos Coelho, numa mensagem de vídeo transmitida nos ecrãs do congresso do Partido Popular Europeu, em Madrid.

Pedro Passos Coelho, que faltou ao congresso para poder acompanhar a situação política interna, afirmou que o Partido Popular Europeu - do qual fazem parte o PSD e o CDS-PP - sempre deu "o maior valor ao realismo, à responsabilidade e à coerência estratégica". "É central à nossa identidade. E agora sabemos que esses valores não são uma menos-valia nas eleições. Em Portugal mostrarmos isso, além de qualquer dúvida. Mesmo quando levamos em consideração o jogo negativo feito pelos partidos derrotados", referiu Passos Coelho na mensagem em inglês.

Erasmus+ atribui 31,5 milhões de euros a Portugal

Portugal receberá cerca de 31,5 milhões de euros, em 2016, através do programa europeu Erasmus+ para educação e formação, enquanto para a área geral da juventude estão alocados aproximadamente 4,6 milhões de euros. Em informação divulgada pela Comissão Europeia, o programa que financia iniciativas ligadas à educação, formação, juventude e desporto terá em 2016 um orçamento de 2,2 mil milhões de euros que se deverá destinar a 600 mil pessoas.

No terceiro ano deste programa, no capítulo da educação e formação, o ensino superior português receberá 15,7 milhões de euros, a maior fatia do orçamento. O comissário para a Educação, Cultura, Juventude e Desporto, Tibor Navracscics, notou as “oportunidades incríveis” que podem ser dadas através do Erasmus+ e



Erasmus+

o seu orgulho num orçamento que apoiará “milhares de ótimas ideias para criar salas de aula mais abertas, aumentar criatividade de jovens e criar sociedades mais tolerantes”.

Em vigor deste 1 de Janeiro de 2014, o programa consolidou sob um único quadro de apoio as áreas da educação, formação, juventude e desporto e outros

programas internacionais, incluindo o Jean Monnet e o Erasmus Mundus.

O programa Erasmus+ destina-se a apoiar as actividades de educação, formação, juventude e desporto em todos os sectores da aprendizagem ao longo da vida, incluindo o ensino superior, formação profissional, educação de adultos, ensino escolar, actividades para jovens e formação no âmbito do desporto amador.

O programa tem por base o Erasmus, que apoia a mobilidade estudantes universitários e o pessoal docente do ensino superior para fins de aprendizagem, estágio ou formação.

O orçamento entre 2014-2020 para o Erasmus+ é de 14,7 mil milhões de euros.

Conselho de Ministros de 22 de Outubro de 2015

O Conselho de Ministros aprovou uma resolução sobre o Acordo relativo à estabilidade Económico-Financeira da TAP a celebrar entre a Parública – Participações Públicas (SGPS), S.A., a entidade compradora, as entidades do grupo TAP devedoras da dívida financeira e a entidade a contratar como banco agente.

Trata-se da introdução de ajustamentos num anexo já existente do Acordo de Venda Directa em termos que reforçam a sua eficácia na protecção do interesse público.

Fica ainda determinado que após a conclusão do processo de reprivatização, o Governo coloca à disposição do Tribunal de Contas todos os elementos informativos respeitantes a este processo.



José Alberto Pereira Coelho (1950-2015)

O líder distrital de Coimbra dos Trabalhadores Social Democratas (TSD), José Alberto Pereira Coelho, faleceu dia 21 de Outubro, subitamente em sua casa, em Coimbra. Conhecido carinhosamente por “Zé Beto”, o jurista foi presidente do Conselho de Administração do Hospital Sobral Cid. Da sua vivência académica, há a assinalar a presença na direcção de Maló de Abreu, no ano de 1979, e a colaboração tida na Comissão Central da Queima das Fitas em 1980. José Coelho era conhecido pelas suas intervenções calorosas nos congressos do PSD. Chegou a manifestar a intenção de candidatar-se à liderança do PSD. Era uma figura respeitada em Coimbra e no PSD local.

Participou inúmeras vezes como delegado aos congressos do PSD, em representação dos TSD. Em todas as ocasiões em que discursava dirigia sempre uma palavra de agradecimento a todos os sociais-democratas (funcionários, colaboradores e voluntários, que contribuíam para o sucesso das reuniões-magnas do Partido). Era actualmente conselheiro nacional do PSD. José Alberto Pereira Coelho nasceu a 1 de Outubro de 1950. O “Povo Livre” apresenta sentidas condolências à família e amigos. “Zé Beto” era um social-democrata de corpo e alma.

Novo Presidente da Assembleia da República “não começou bem”

Lúis Montenegro falava aos deputados da XIII Legislatura, em especial aos parlamentares recém-chegados ao Parlamento, e comentando a eleição de Ferro Rodrigues como presidente da Assembleia da República, lamentou que a eleição tenha quebrado uma “tradição” da democracia portuguesa. “Hoje foi quebrada uma regra, uma tradição de sempre da democracia portuguesa. Lamento que pela primeira vez um presidente da Assembleia da República não tenha saído do partido ou da coligação que venceu as eleições e lamento que o senhor deputado Eduardo Ferro Rodrigues tenha sido eleito em confronto com esta tradição”.

O social-democrata recordou, como tem sido reiterado há vários dias pela coligação, que “quem tem mais votos vence e quem tem menos votos perde”, mostrando que PSD e CDS deveriam estar a dirigir os trabalhos na Assembleia.

Lúis Montenegro revelou ainda que Ferro Rodrigues “não começou bem o seu mandato”. “Fiquei com a sensação que as garantias de isenção e imparcialidade que devem estar na base do exercício da função de presidente da Assembleia da República estão ainda longe de ser garantidas”, afirmou.

Por outro lado, o deputado do PSD revelou que se está a iniciar uma legislatura de “grande exigência e complexidade”. “Os tempos que nos esperam não são tempos fáceis, o país empreendeu um caminho de recuperação económica e social que não deve ser travado, mais, que o povo não quis que fosse travado”, referindo-se às eleições do último dia 4 de Outubro.

“Neste início de legislatura quero dizer que cabe a todos nós [deputados] a responsabilidade de aceitar a decisão do povo soberano que expressou a sua vontade política nas últimas eleições. Peço a todos os parlamentares e partidos: respeite-se a vontade do povo e a forma clara e inequívoca como ela foi expressa”, alertou.

Lúis Montenegro recandidata-se à liderança parlamentar do PSD

O deputado social-democrata Lúis Montenegro decidiu recandidatar-se à liderança do Grupo Parlamentar do PSD, e já transmitiu essa decisão ao presidente do partido e primeiro-ministro indigitado, Pedro Passos Coelho, e também aos deputados da bancada social-democrata. Num comunicado enviado à agência Lusa, Lúis Montenegro afirma que nos últimos dias foi “instado por vários deputados a dar continuidade ao trabalho feito nos últimos quatro anos e meio” mantendo-se à frente da bancada do PSD neste “momento parlamentar mais complexo”.

“Reclamaremos de todos os grupos parlamentares o mesmo sentido de compromisso e abertura que imporemos a nós próprios e não calaremos a nossa voz na denúncia de qualquer ataque aos valores e princípios da democracia de Abril”, promete, no mesmo comunicado.

Licenciado em direito e advogado, Lúis Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves tem 42 anos e é deputado desde 2002, pelo círculo de Aveiro. Foi eleito pela primeira vez líder parlamentar do PSD na anterior legislatura, em Junho de 2011.

PSD critica a forma como a esquerda reagiu a indigitação de Passos Coelho

Lúis Montenegro e José Matos Correia saíram em defesa do Presidente da República, Cavaco Silva, insurgindo-



-se com “indignação democrática” contra a forma como a esquerda reagiu à indigitação de Passos Coelho como Primeiro-Ministro. “Devo, aliás, aproveitar a ocasião para manifestar a minha indignação democrática pela forma como alguns partidos e alguns agentes políticos reagiram a uma decisão não só absolutamente legítima do senhor do Presidente da República como fundamentada”, afirmou Lúis Montenegro, no Parlamento.

Para o líder parlamentar na anterior legislatura, “ouvir deputados da Assembleia da República com elevadas responsabilidades, nomeadamente no PS, referirem-se ao senhor Presidente da República como um golpista é estar muito abaixo daquilo que é exercício digno e prestigiado da função parlamentar e da função política”. “Esse extremar de posições, essa linguagem não contribui para dar confiança ao país, para dar confiança aos agentes económicos, para dar confiança aos cidadãos”, declarou.

Quanto a Fernando Negrão, candidato proposto pelo PSD para presidente da Assembleia da República, Lúis Montenegro apontou-o como “um exemplo vivo e reconhecido por todas as bancadas da capacidade de um deputado de poder exercer uma função de liderança e organização dos trabalhos com isenção, com imparcialidade, com um conhecimento jurídico-constitucional apurado, com sentido de responsabilidade”.

Segundo o líder parlamentar do PSD, “isso foi dito por todos os partidos políticos” a propósito do desempenho de Fernando Negrão na presidência da Comissão de Assuntos Constitucional e de comissões de inquérito.

Comparando Fernando Negrão com Ferro Rodrigues, Lúis Montenegro considerou que o social-democrata era “claramente a pessoa com melhores condições para exercer o cargo”.

Nos últimos 20 anos, tem havido apenas um candidato ao cargo de presidente da Assembleia da República, proposto pelo partido mais votado nas legislativas, e que tem sido sempre eleito à primeira volta - com excepção de Fernando Nobre, proposto pelo PSD em 2011, que falhou por duas vezes a eleição, dando lugar à candidatura de Assunção Esteves.

Anteriormente, houve por cinco vezes disputa do cargo de presidente da Assembleia da República, sempre com o PSD no Governo - fosse coligado com CDS e PPM na AD, com um executivo minoritário ou com maioria absoluta no parlamento - e os candidatos do PS saíram sempre perdedores, contra candidatos do PSD ou do CDS.

Houve eleições com dois candidatos por três vezes no tempo da AD, duas delas em 1980 e outra em 1981, houve outra eleição disputada após a vitória do PSD sem maioria absoluta nas legislativas de 1985 e, pela última vez, em 1991, na sequência das legislativas que os sociais-democratas venceram com maioria absoluta.

José Matos Correia falou, em seguida, para, em nome dos grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP, manifestar “profunda perplexidade” e “desagrado com o teor das declarações dos partidos da extrema-esquerda parlamentar e mesmo de alguns deputados do PS no que diz respeito à comunicação ao país que foi feita pelo Presidente da República”. “São inaceitáveis os termos em que esses deputados e esses partidos se referiram ao Presidente da República utilizando uma terminologia que não é sequer digna do debate político, tanto mais quanto o Presidente da República se limitou a cumprir as suas competências constitucionais e, além do mais, dando cumprimento a uma prática sem falhas na nossa história recente, deu posse a quem ganhou as eleições no passado dia 4 de Outubro”, sustentou o deputado e vice-presidente do PSD.

José Matos Correia declarou que “no debate político não vale tudo” e que “a serenidade e a urbanidade são valores em si mesmos que têm de ser respeitados, porque a democracia é feita de respeito pelos outros e quem não percebe isto significa que não percebe o que é a democracia”. “O tempo que se abre é um tempo que exige responsabilidade de toda a gente na construção dos entendimentos indispensáveis para que o país possa progredir. O PSD já ontem [quinta-feira] fez um apelo à responsabilidade de todos os agentes políticos no sentido de criar condições de estabilidade e de governabilidade e de respeito pela vontade popular expressa nas últimas eleições”, afirmou.



Questionado se o próprio Cavaco Silva não foi excessivo na forma como excluiu BE e PCP de qualquer solução governativa, Matos Correia disse não ser comentador político mas adiantou que “as soluções que o país precisa” devem ser encontradas dentro do quadro de compromisso europeu. “O Presidente da República, chamando a atenção de que este é o tempo do parlamento, não deixou de sublinhar também que é preciso encontrar soluções que o país precisa, dentro do respeito pelos pressupostos fundamentais do regime democrático português, que, neste momento, se identificam com um aprofundamento do processo de integração europeia, que uns aceitam e outros recusam”, declarou.

“É à volta disso que os compromissos têm de ser feitos”, frisou.

PSD e CDS aprovam por unanimidade candidatura de Fernando Negrão à presidência da Assembleia

Os grupos parlamentares do PSD e CDS-PP aprovaram por unanimidade a candidatura do social-democrata Fernando Negrão à presidência da Assembleia da República. Após uma reunião conjunta com a bancada do CDS, foi “aprovada por unanimidade e aclamação” a candidatura de Fernando Negrão, antigo director da Polícia Judiciária e que presidiu na anterior legislatura à comissão de Assuntos Constitucionais e à comissão de inquérito ao BES. A candidatura de Negrão, que concorreu contra o candidato proposto pelo PS, Eduardo Ferro Rodrigues, faz cumprir uma “tradição de 40 anos em Portugal”, frisou Montenegro, referindo-se à ao facto de o presidente da Assembleia ser oriundo da bancada do partido maioritário no hemiciclo. Luís Montenegro enalteceu Negrão como “uma individualidade, um deputado que é reco-



nhecido por todas as bancadas por ter capacidade de diálogo e compromisso, de isenção, de imparcialidade, de conhecimento parlamentar, jurídico-constitucional”.

Também o líder parlamentar cessante do CDS-PP, Nuno Magalhães sublinhou o apoio a Fernando Negrão, de “forma convicta, não só pelas qualidades que tem revelado enquanto deputado, que de resto foram muito salientadas por todos os grupos parlamentares há muito

pouco tempo no final de uma comissão de inquérito muito complexa ao BES e ao GES”, mas também “em nome da democracia”. “Em toda a história da nossa democracia, de governos maioritários e governos minoritários, o presidente da Assembleia da República foi sempre um deputado indicado pelo grupo que obteve mais deputados”, sublinhou, argumentando que foi assim nos governos minoritários de Mário Soares, Cavaco Silva, António Guterres e José Sócrates.

Deputado do PSD eleito pelo círculo de Braga nas legislativas de 4 de Outubro, Fernando Negrão tem 59 anos, é licenciado em Direito, foi ministro da Segurança Social, da Família e da Criança no XVI Governo Constitucional chefiado por Pedro Santana Lopes, entre 2004 e 2005, e director-geral da Polícia Judiciária, entre 1995 e 1999. Já exerceu também os cargos de juiz de direito, vogal do Conselho Superior da Magistratura, juiz de círculo, magistrado judicial, presidente do Conselho de Administração do Instituto da Droga e da Toxicodependência, advogado e oficial da Força Aérea Portuguesa, segundo a sua biografia disponível na página da Assembleia da República.

Nas eleições autárquicas de 2005, candidatou-se à Câmara Municipal de Setúbal, e foi o candidato do PSD às eleições intercalares de 2007 para a presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Fernando Negrão foi eleito deputado pela primeira vez em 2002, nas listas do PSD, pelo círculo de Faro. Voltou a ser eleito nas legislativas de 2005 e de 2009, nas quais foi o cabeça-de-lista do PSD por Setúbal, e em 2011 foi eleito deputado pelo círculo de Braga.

Nas últimas legislativas, foi novamente candidato pelo círculo de Braga, no segundo lugar da lista da coligação entre PSD e CDS-PP designada Portugal à Frente. Na legislatura anterior, presidiu à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e à comissão de inquérito parlamentar à gestão do Banco Espírito Santo e do Grupo Espírito Santo.

Partidos enaltecem competência de Assunção Esteves

Todos os partidos políticos despediram-se da presidente da Assembleia da República na XII Legislatura, lembrando o papel de Assunção Esteves numa legislatura difícil e destacando a sua “competência” e a “forma isenta e imparcial como exerceu o seu cargo”. Em reunião, 21 de Outubro, da Comissão Permanente, órgão que funciona fora do período de funcionamento efectivo da Assembleia da República, os partidos deixaram mensagens de despedida para com Assunção Esteves.

Luis Montenegro, pelo PSD, elencou a “forma isenta e imparcial” com que a social-democrata exerceu as suas funções. Montenegro declarou que Assunção Esteves conjugou “várias características” que a tornaram uma Presidente com “um conhecimento claramente acima da média, com capacidade grande de forma independente acolher as várias sensibilidades e linhas de argumentação dos partidos”.

Nuno Magalhães, pelo CDS-PP, destacou o “talento, competência e cultura” da responsável, acrescentando que Assunção Esteves “prestigiou o país e o parlamento” ao chamar a atenção há algum tempo para o “trágico problema das migrações”.

“Esta foi uma legislatura de uma dificuldade se não única, manifestamente excepcional”, prosseguiu o líder parlamentar centrista, lembrando o “memorando de entendimento que impunha sacrifícios muito difíceis” aos portugueses e “novos” desafios aos parlamentares.

Ferro Rodrigues, líder parlamentar do PS, sublinhou toda a “estima, consideração e reconhecimento” dos socialistas pelo papel da Presidente da AR “em momentos muito difíceis nos últimos quatro anos”. O “grau humanista” e a “competência acima do vulgar” de Assunção Esteves foram também destacados por Ferro Rodrigues, que aproveitou para desejar as “maiores felicidades” a Assunção Esteves, eleita pelo PSD nas eleições de 2011, para o seu futuro.

Já PCP, Bloco de Esquerda (BE) e “Os Verdes” lembraram discordâncias parlamentares nos últimos quatro anos, nomeadamente com várias medidas aprovadas pelo Governo, mas desejaram felicidades a Assunção Esteves. João Oliveira, líder parlamentar comunista, sublinhou os quatro anos de “grande exigência, grandes dificuldades” para os portugueses, ao passo que Heloísa Apolónia, do partido ecologista “Os Verdes”, reconheceu nem sempre ter estado de acordo com decisões da Presidente mas elogiou o “pragmatismo” de Assunção Esteves “na procura de soluções”.

“Destes quatro anos passados não levamos só as



coisas más. Devemos aprender a cada dia que passa. A discordância pode fazer-nos melhor”, prosseguiu também Pedro Filipe Soares, líder parlamentar do BE.

Assunção Esteves “entre o pragmatismo de Sancho Pança e o idealismo de D. Quixote”

A Presidente da Assembleia da República mostrou-se emocionada em sessão da comissão permanente, na quase finda XII Legislatura, “entre o pragmatismo de Sancho Pança e o idealismo de D. Quixote”, como ao longo de todo o mandato.

Após receber elogios e cumprimentos pelos quatro anos das diversas bancadas partidárias, Assunção Esteves agradeceu as palavras e despediu-se com um “até já” porque nunca deixará “a política, entre o parlamento e o bairro”, confessando o seu amor à actividade, com os deputados de PSD, CDS-PP e PS a aplaudirem de pé e os restantes (PCP, BE e PEV) sentados. “Fui surpreendida por esta despedida formal”, tinha admi-

tido a também deputada do PSD, ao qual agradeceu a oportunidade de ter sido a primeira mulher a dirigir os trabalhos do parlamento, citando, tal como “na tomada de posse”, a “metáfora de Cervantes” para resumir que tentou estar sempre “entre o pragmatismo de Sancho Pança e o idealismo de D. Quixote”.

Depois de aprovados três pareceres da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação sobre deputados e seu estatuto, na sala do senado, Assunção Esteves deixou um “imenso abraço a todos” e sublinhou que “o lugar [Presidente da Assembleia da República, no caso] não é um ponto de chegada, mas ponto de partida, que se constrói todos os dias”. “A política é amor ao mundo. Sinto imenso amor pelo mundo, pela democracia. A política é lugar onde, clamorosamente, jogamos a nossa existência”, disse, antes de rematar: “Amei o Parlamento”.

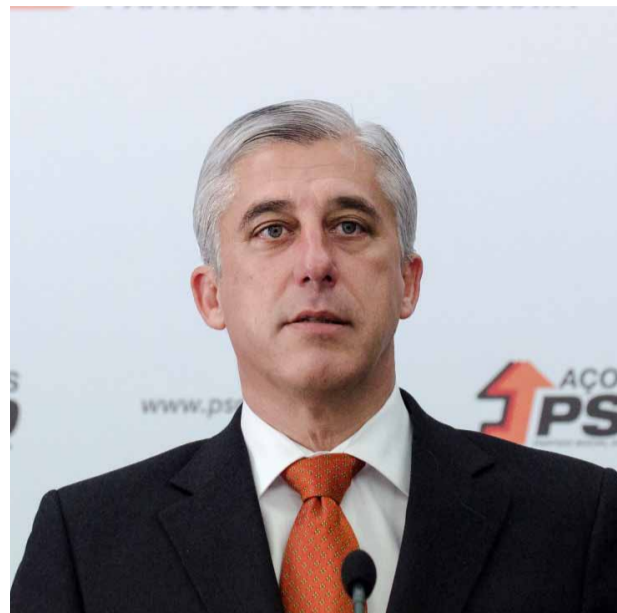
No final da reunião da Comissão Permanente, que durou cerca de 30 minutos, Assunção Esteves cumprimentou os deputados presentes e deslocou-se também à zona dos jornalistas para deixar uma saudação no final do seu mandato enquanto Presidente da Assembleia da República.

Vasco Cordeiro tem “duas caras”

O presidente do PSD/Açores afirmou que o presidente do governo revela “duas caras” sobre a situação política nacional, alegando que Vasco Cordeiro defende que quem ganhou as eleições deve governar, mas ao mesmo tempo aceita que os deputados do PS/Açores votem a favor da queda do governo de Passos Coelho. “O que está a surpreender são as duas caras do presidente do PS/Açores. Vasco Cordeiro disse que quem devia governar era quem tinha ganho as eleições. Mas agora estamos a perceber nas resoluções [de ontem da comissão política nacional] do PS, que afinal não foi isso que o PS nos Açores disse”, afirmou Duarte Freitas, em declarações aos jornalistas, em comentário à mensagem do Presidente da República ao indigitar Passos Coelho como Primeiro-Ministro.

O líder dos social-democratas açorianos salientou que a decisão sobre o novo governo PSD/CDS-PP “está agora no plano parlamentar” e disse aguardar para ver se Vasco Cordeiro “é consequente e dá instruções aos deputados socialistas eleitos pelos Açores para não votarem a favor da queda do governo”. “Falta ver nos deputados eleitos pelo PS/Açores no parlamento nacional se quem manda é Carlos César ou Vasco Cordeiro. Era bom que, a bem dos Açores, a bem de Portugal, conseguíssemos ter um governo estável, legitimado nas urnas e também passando no parlamento”, sublinhou.

Duarte Freitas sublinhou que a votação do programa de governo na Assembleia da República “vai revelar bem se Vasco Cordeiro tem duas caras ou se apenas não tem qualquer poder junto dos deputados que elegeu para o Parlamento nacional”.



PSD/Açores critica estado de abandono dos Estaleiros Navais da Madalena

O PSD/Açores criticou, dia 20, “o estado de abandono e o grau de degradação” dos Estaleiros Navais da Madalena, na ilha do Pico, constituindo “uma vergonhosa afronta do governo regional dos Açores, entidade que tutela a infra-estrutura”. O deputado Cláudio Lopes lamenta que, “apesar das promessas reiteradas dos governantes para revitalizar aquela importante unidade, colocando-a ao serviço da região, seja este o estado dos Estaleiros, sem darem as adequadas condições aos empresários da pesca e dos transportes marítimos dos Açores para ali realizarem as manutenções e as revisões de que as embarcações necessitam”.

Cláudio Lopes recorda “as muitas declarações públicas, em particular de Vasco Cordeiro, enquanto titular da pasta da Economia e mesmo já como Presidente do Governo, inclusivamente a referir que a tutela estaria à procura de parceiros para a exploração dos Estaleiros”, pelo que quer saber “qual é a efectiva opção do Governo Regional para uma tão importante e estratégica infra-estrutura”, questiona, num requerimento enviado à Assembleia Legislativa.

“O governo regional deve esclarecer se tem mesmo parceiros interessados nessa exploração, e em que fase se encontram essas negociações. Ainda mais porque não há qualquer intervenção agendada para os Estaleiros na Carta Regional das Obras Públicas 2020”, insiste.

“Em Maio de 2014, foi publicado o interesse de empresas açorianas em assumirem os Estaleiros Navais da Madalena, sendo que a sua recuperação seria um elevado investimento do Governo, que anunciou a intenção de ali assegurar a manutenção de toda a frota açoriana, inclusive dos novos navios da Atlânticoline - Mestre Simão e Gilberto Mariano -, bem como do rebocador de Ponta Delgada”, lembra Cláudio Lopes.

O social-democrata refere também que a Atlânticoline “emitiu ontem um comunicado dizendo que o navio Mestre Simão vai interromper a sua operação por 6 semanas, e deslocar-se a um estaleiro do Continente para efeitos de certificação”.

E que o mesmo vai acontecer, “logo a seguir, com o navio Gilberto Mariano, sendo que o custo das docagens, para os dois navios, ascende aos 250 mil euros. Para além dos custos adicionais das tripulações, combustíveis e materiais relacionados com as próprias certificações”, sublinha.



Governo assinala um ano de existência

MAIOR JUSTIÇA SOCIAL PARA OS MAIS DESFAVORECIDOS

O Governo, na linha das preocupações que o têm norteado de fazer tudo o que estiver ao seu alcance no sentido de melhorar as condições de vida dos portugueses mais desfavorecidos, tomou no passado dia 6, dia em que se completou um ano sobre a sua tomada de posse, importantes deliberações no domínio da justiça social.

Foi aprovada legislação, a entrar em vigor a 1 de Janeiro de 1987, que procede à integração no regime geral da segurança social, comum às demais actividades, dos 510 mil trabalhadores agrícolas que têm estado enquadrados pelo regime especial de segurança social.

O regime especial agrícola actualmente em vigor, embora estruturado em moldes técnicos e financeiros semelhantes aos do regime dos demais trabalhadores, tem-se revelado claramente limitativo, tanto no plano financeiro, como no domínio dos benefícios concedidos.

A debilidade da contribuição financeira do sector agrícola para a solidariedade social, dando origem a défices consideráveis, tem implicado um crescente apoio compensatório, por transferências do regime geral e do Orçamento do Estado, limitando até agora o esquema de benefícios dos trabalhadores agrícolas.

Quanto a estes benefícios, se na sua definição são praticamente os mesmos que se encontram estabelecidos para o regime dos demais trabalhadores, os seus quantitativos, designadamente no que se refere às pensões e aos subsídios de doença e de desemprego, são sensivelmente mais baixos e aquém das necessidades correntes das pessoas abrangidas.

Considera o Governo, por razões de justiça social e equidade, ser altura de pôr fim a esta diferenciação de protecção social, tanto mais que muitos trabalhadores das actividades

agrícolas (cerca de 100 mil) já se encontram integrados no regime geral, em função das profissões desempenhadas e da natureza das respectivas empresas agrícolas.

Esta integração dos trabalhadores agrícolas no regime geral da segurança social, implica algumas adaptações, tendo em consideração as características das actividades agrícolas e o seu nível económico, na fase de transformação que atravessam.

Assim, em matéria de regime contributivo a legislação aprovada estabelece:

a) Uma taxa global de 29%, o que permite uma redução relativamente às entidades patronais e aos trabalhadores agrícolas que já se encontravam, no regime geral, sujeitos à taxa de 32,5%;

b) Um regime de transição de 7 anos para as explorações agrícolas cujos trabalhadores estavam abrangidos pelo regime especial, até atingirem aquele valor de 29%, que é o valor mais baixo que vigora para o regime geral;

c) A consideração do salário mínimo agrícola como base de incidência contributiva, embora com possibilidade de opção por valor superior, e ainda o pagamento de contribuições sobre os dias de trabalho efectivamente prestado;

d) A adequação do valor, em forma de taxa reduzida, das contribuições devidas pelos pequenos produtores agrícolas, que ficam abrangidos, nesta qualidade, pelo regime dos trabalhadores independentes, passando a beneficiar do disposto no Decreto-Lei n.º 307/86, que isenta de contribuição os empresários em nome individual, que exerçam, cumulativamente, outra actividade pela qual tenham garantida a protecção social.

Em matéria de benefícios, os trabalhadores agrícolas passam a usufruir do esquema completo do regime dos demais trabalhadores. Quanto aos actuais

pensionistas agrícolas do regime especial, prevê-se a sua manutenção num grupo próprio, que continua a regular-se pelas normas do Decreto-Lei n.º 81/85, sem prejuízo da valorização periódica das respectivas pensões.

No que diz respeito ao esquema de benefícios, se estes já eram qualitativamente quase idênticos, em elenco de prestações e em condições gerais de atribuição, aos dos demais trabalhadores, com a legislação agora aprovada pelo Governo são significativamente melhorados os seus quantitativos mínimos e reais.

De facto são valorizados, de forma expressiva, entre outros, o subsídio de doença, o subsídio de desemprego, as pensões de velhice e de invalidez, o subsídio por morte, as pensões de sobrevivência e o suplemento de pensão para grandes inválidos.

Por outro lado os trabalhadores agrícolas passam a ter direito já a partir de 1 de Dezembro ao suplemento por cônjuge a seu cargo (1650\$00) e ao subsídio por assistência a filhos doentes.

A legislação aprovada determina um aumento de despesas com benefícios que se estima em cerca de 6 milhões de contos, no primeiro ano da sua aplicação, isto é, em 1987.

Tal como acontece na generalidade dos países europeus, a protecção social dos trabalhadores agrícolas tenderá a manter um défice significativo, a ser compensado pela solidariedade dos outros sectores de actividade e pelas dotações do Orçamento do Estado.

Este esforço financeiro global, baseado na cooperação de todos os que participam no processo produtivo, representa também um empenhamento do Estado, dos parceiros sociais e da sociedade em geral na dinamização e na melhoria das condições do desenvolvimento económico e social

do País, em particular da Agricultura.

O Governo determinou, em Setembro passado, um aumento extraordinário do valor mínimo das pensões de invalidez e velhice. Foi afirmado então que tal aumento não punha em causa a actualização anual das pensões. Foi aprovada agora legislação que procede a essa actualização.

Assim, as pensões de invalidez e velhice são actualizadas à taxa de 13%, o que excede o nível de inflação de 9% previsto para 1987, permitindo-se desse modo, também aqui, a melhoria efectiva do poder de compra dos beneficiários reformados.

Para os valores das pensões mínimas foram aplicadas taxas de aumento superiores à taxa geral, o que se insere na linha de favorecimento dos pensionistas de menor nível económico.

Assim, o valor mínimo da pensão de invalidez e velhice do regime geral da Segurança Social é fixado em 11 500\$00 (+15%) e o das pensões do regime especial

(Continua na página 2)



CAVACO SILVA:

Não existem razões para alterar a actual fórmula governativa

Na conferência de imprensa que se seguiu à reunião do Conselho de Ministros do passado dia 6, o Primeiro-Ministro garantiu que «nunca esteve em causa qualquer remodelação do Governo».

O Chefe do Executivo salientou também que está «plenamente satisfeito» com a equipa que escolheu. «Se não estivesse plena-

mente satisfeito com alguns ministros ou secretários de Estado já os teria substituído» — afirmou.

Interrogado sobre a hipótese do partido do Governo tentar uma solução maioritária, através de uma coligação com o PRD, Cavaco Silva afirmou que «não existem quaisquer razões para se alterar a actual fórmula governativa...»

«Embora todos os governos desejem ter a maioria Parlamentar, os executivos minoritários têm vantagens como a homogeneidade e não poderem ser arrogantes ou prepotentes» — afirmou

o Primeiro-Ministro, que acrescentou: «Os que acusam o Governo dessas atitudes estão a desprestigiar-se a si próprios».

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ÁREA OESTE / LISBOA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Lisboa Área Oeste para reunir, no próximo dia 04 de Dezembro de 2015 (sexta-feira) pelas 21h00, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
 - Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais
 - a) Mesa da Assembleia Distrital
 - b) Comissão Política Distrital
 - c) Conselho de Jurisdição Distrital
 - d) Comissão Distrital de Auditoria Financeira
 - e) Delegados de Secção à Assembleia Distrital
- Locais de votação e entrega de listas
- Alenquer – Sede do PSD – Rua Gago Coutinho, n.º 36 R/c
 - Arruda dos Vinhos – Sede do PSD – Av. Timor Lorosae, n.º 17 (junto à rotunda dos Bombeiros)
 - Cadaval – Sede PSD – Rua D. Fernando, n.º 12
 - Lourinhã – Sede PSD – Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, n.º 4 cave
 - Sobral de Monte Agraço – Sede do PSD - Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 9 1º Dto
 - Torres Vedras – Sede do PSD – Rua 9 de Abril, n.º 1 – 3º
- Notas:
- As listas candidatas devem ser entregues na sede Distrital, sita na Rua 9 de Abril, n.º 1 – 3º, Torres Vedras, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (terça-feira dia 01 de Dezembro).

A sede encontra-se aberta para o efeito das 22h00 até às 24h00.

- As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, na sede respectiva, ao Presidente da Assembleia de secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, igualmente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (01 de Dezembro).
- As urnas estarão abertas em todas as secções das 21h00 às 23h00.

ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Arganil, para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2015 (Domingo), pelas 15h30, na União Recreativa Sarzedense, sita em Sarzedo, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Informações
- 2 - Eleições Legislativas – análise dos resultados eleitorais
- 3 -.Outros assuntos

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Arouca, para reunir no próximo dia 27 de Novembro de 2015, (sexta-feira)

pelas 19h00, na sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arouca, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção
- Notas
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 19h00 às 22h00

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Barcelos, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 06 de Novembro de 2015, (Sexta-feira), pelas 21h30, na Sede, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270, 1º D, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 - Informações pela Comissão Política da Secção
- 2 - Análise da situação político-partidária

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2015, pelas 21h15, na sede (Quinchoso – Cabeceiras de Basto), com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1- Análise da situação política.
- 2 - Análise dos resultados das eleições legislativas
- 3 -.Outros assuntos

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir no próximo dia 13 de Novembro de 2015 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede Distrital sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações
- 2 - Análise dos resultados nacionais e locais das eleições legislativas e situação política
- 3 - Situação política local
- 4 - Outros assuntos.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir, no próximo dia 09 de Novembro de 2015, (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Apresentação, discussão e aprovação do orçamento para 2016

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 05 de Novembro de 2015, (quinta-feira), pelas 21h30 no Auditório Horácio Marçal - Junta de Freguesia de Paranhos, sito na R. Álvaro Castelões, 811, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 - Informações;
- 2 - Balanço do mandato da Comissão Política

S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 31 de Outubro de 2015 (sábado), pelas 18h30, na sede, sita no Centro Comercial Castilho, loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação político-partidária

**SETÚBAL / DISTRITAL
ALTERAÇÃO DE MORADA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir, no próximo dia 30 de Outubro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, no Novotel, sito no Monte Belo, EN 10 Setúbal, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 06 de Novembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua 9 de Abril, nº 1- 3º, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política
- 3 – Eleições à Presidência da República

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir no próximo dia 04 de Dezembro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua 9 de Abril, nº 1- 3º, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção
- Notas
- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ou enviadas para psdortresvedras@gmail.com
- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Lanhoso, para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2015, (sábado) pelas 21h00, na sede da Secção, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção
- Notas
- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, para reunir no próximo dia 12 de Novembro de 2015, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Praça do Almada, nº 7, escritório 1, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Informações
- 2 - Balanço das Eleições Legislativas e análise da situação política actual
- 3 -.Outros assuntos

VIANA DO CASTELO / DISTRITAL

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 06 de Novembro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, em Monção no salão dos Bombeiros Voluntários de Monção, sito na Quinta da Caldeira, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política distrital e nacional
- 2 – Informação: Agendamento das eleições próximas

para os órgãos distritais de Viana do Castelo

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 05 de Dezembro de 2015, (sábado) pelas 18h00, na sede da Secção, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 – 3º sala 14, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 21h00

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 02 de Novembro de 2015 (segunda-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

1 – Apreciação da proposta da Comissão Política para substituição da vacatura operada pela perda de mandato do vogal Fernando Jorge Dias Andrade – cfr. Artº 53º, nº2, al. e) dos Estatutos

- 2 - Análise da situação política

UISEU

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viseu, para reunir no próximo dia 06 de Novembro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, no Solar dos Peixotos (Edifício da Assembleia Municipal de Viseu) com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise dos resultados eleitorais das Eleições Legislativas;
- 2 - Análise da situação política local e nacional;
- 3 - Outros Assuntos.



III CONSELHO NACIONAL DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoco o III Conselho Nacional a realizar no dia 14 de Novembro de 2015, pelas 21 horas, no Cinema de Miranda do Corvo, sito na Rua da Estação, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos.

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário da JSD Arouca para reunir no dia 27 de novembro de 2015 (sexta-feira), pelas 19h00, na Sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arouca, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários, em Arouca, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário;

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Arouca, respeitando o cumprimento estatutário, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos

Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. As urnas estarão abertas entre as 19h00 e as 22h00.

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Eleitoral da Concelhia de Coimbra, para reunir no dia 05 de Dezembro de 2015 pelas 18h00 na Sede Distrital do PSD Coimbra, situada na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16 - 3000-250 Coimbra com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD Coimbra.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral no mesmo local.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 22h00.

CHAMUSCA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o plenário eleitoral da concelhia da Chamusca da JSD, para o dia 28 de novembro de 2015, pelas 17h30m, na sede do PSD da Chamusca, sita na Rua Direita de S. Pedro, nº 119 / 123, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto único: Eleição da mesa do plenário e da comissão política da JSD concelhia da Chamusca.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa da JSD distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD Distrital de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, nº10, 1º andar, em Santarém, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 17h30m e as 19h30m.

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da secção da JSD/Coruche, a reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2015, pelas 17:00H, na Sede do PSD sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, em Coruche, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia da Concelhia e da Comissão Política da Concelhia de Coruche.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral em Residência Particular, Estrada da Lamarosa, Foros do Paúl, nº 103, 2100-039 Coruche.

O acto eleitoral decorrerá entre as 17:00H e as 19:00H.

ESPOSENDE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário Concelhio da JSD Esposende para reunir no dia 20 de Novembro de 2015, pelas 21.15, na sede do PSD Esposende com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação e discussão do plano de actividades da JSD Esposende para os próximos 6 meses;
- 2 - Análise situação política local e nacional;
- 3 - Outros assuntos.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia da Maia para reunir no próximo dia 6 de Novembro de 2015, às 21h30m, na Sede do PSD Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, nº 987 Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Outros assuntos.

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho d Marinha Grande, para reunir, no dia 5 de dezembro, sábado, pelas 17h00, na sede da JSD Marinha Grande, sita na Avenida 1.º de maio, nº 72, 2430, Marinha Grande com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário Concelhio da JSD Marinha Grande

Notas:

As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

As Listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da Concelhia da Póvoa de Varzim para reunirem em Plenário no dia 17 de Novembro de 2015, (Terça-feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia do PSD da Póvoa de Varzim, sita na Praça do Almada, nº 7 – Esc. 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço das Eleições Legislativas e análise da situação política actual;
- 3 – Outros assuntos.

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Concelhia de Rio Maior, para reunirem no dia 28 de Novembro de 2015, pelas 21h00, na sede do PSD Rio Maior sita na Av. Paulo VI n.43 1-D, Rio Maior, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa de Assembleia e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia da JSD de Rio Maior, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 21h00 e as 23h30.

SARDOAL

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o plenário eleitoral da concelhia do Sardoal da JSD, para o dia 28 de novembro de 2015, pelas 20h30m, na sede do PSD do Sardoal, sita na Rua Bivar Salgado, nº 38, 2230-123, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da mesa do plenário e da comissão política da JSD concelhia do Sardoal.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa da JSD distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD Distrital de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, nº10, 1º andar, em Santarém, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 20h30m e as 22h30m.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Tomar da JSD para reunir no próximo dia 28 de Novembro de 2015, pelas 20h00, na Sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, 57-A Loja R/c Dto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h00 e as 22h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa

do Plenário, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se o plenário eleitoral da concelhia de Vila Nova da Barquinha da JSD, para o dia 28 de novembro de 2015, pelas 17h30m, em ato a realizar na Travessa Estreitinha, loja 6A, Vila Nova da Barquinha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da mesa do plenário e da comissão política da JSD concelhia de Vila Nova da Barquinha.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao presidente da mesa da JSD distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD Distrital de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, nº10, 1º andar, em Santarém, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 17h30m e as 19h30m.

III CONGRESSO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, do regulamento eleitoral da JSD e do regulamento do III Congresso Distrital da JSD Santarém, aprovado no Conselho Distrital a 16 de outubro de 2015 e publicado no Povo Livre a 21 de outubro, dá-se cumprimento ao estabelecido e convoca-se o III Congresso Distrital da JSD Santarém para o dia 12 de dezembro de 2015, pelas 10h, no Auditório Municipal da Quinta das Pratas, sito na Rua 25 de Abril, no Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Sessão de Abertura e boas-vindas do III Congresso Distrital JSD Santarém;
2. Apreciação do mandato distrital – 2014/2015;
3. Apresentação e discussão das Moções Sectoriais;
4. Apresentação das Moções de Estratégia Global e das Candidaturas;
5. Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2016/2018 e aprovação da Moção de Estratégia Global (urnas abertas entre as 15h30 e as 17h30);
6. Votação das Moções Sectoriais e aprovação de militantes honorários;
7. Publicitação, após apuramento, dos resultados;
8. Tomada de posse dos órgãos eleitos;
9. Sessão de Encerramento do III Congresso Distrital JSD Santarém.

Notas:

As listas Candidatas aos Órgãos e respetiva documentação e as moções sectoriais deverão ser entregues ao presidente da mesa da JSD distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD Distrital de Santarém, sita na Calçada de Mem Ramires, n.10, 1º andar, 2000-105 Santarém, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (9 de dezembro), respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, entre as 15h30m e as 17h30m.

CONGRESSO DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, do regulamento eleitoral da JSD e do regulamento do III Congresso Distrital da JSD Santarém, aprovado no Conselho Distrital a 16 de outubro de 2015 e publicado no Povo Livre a 21 de outubro, dá-se cumprimento ao estabelecido e convocam-se os plenários concelhios de militantes para eleição dos delegados ao III Congresso Distrital da JSD Santarém para o dia 28 de novembro de 2015, de acordo com as indicações abaixo transcritas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos delegados concelhios ao III Congresso Distrital da JSD Santarém.

ABRANTES:

Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Sede do PSD, Rua de São Pedro, 22 - 1º A, 2200 - 398 Abrantes

Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 16h
 Encerramento das urnas: 18h
 Local: Sede do PSD, Rua de São Pedro, 22 - 1º A, 2200 - 398 Abrantes

ALCANENA:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Rua José Alves Anastácio, N.º 38, R/C, 2380-077 Alcanena.

Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 21h
 Encerramento das urnas: 23h
 Local: Rua José Alves Anastácio, N.º 38, R/C, 2380-077 Alcanena.

ALMEIRIM:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Rua de Macau, N.º 10-A, 2080-095 Almeirim.
 Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 18h
 Encerramento das urnas: 20h
 Local: Rua Almirante Gago, N.º: 12, 2080-059 Almeirim.

BENAVENTE:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Sede do PSD Benavente, Praça Doutor Anselmo Xavier nº28, N.º 28, 1º, 2130-039 Benavente.
 Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 20h
 Encerramento das urnas: 22h30m
 Local: Sede do PSD Benavente, Praça Doutor Anselmo Xavier nº28, N.º 28, 1º, 2130-039 Benavente.

CARTAXO:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Sede do PSD, Rua Serpa Pinto, N.º: 9, 1º Direito, 2070 Cartaxo.
 Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 14h
 Encerramento das urnas: 17h
 Local: Sede do PSD, Rua Serpa Pinto, N.º: 9, 1º Direito, 2070 Cartaxo.

CHAMUSCA:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Sede Distrital do PSD, Calçada de Mem Ramires, N.º 10, 1º andar, 2001-901 Santarém.
 Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 17h30m
 Encerramento das urnas: 19h30m
 Local: Sede do PSD, Rua Direita de S. Pedro, N.º: 119/123, 2140-098 Chamusca.

CORUCHE:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Residência Particular, Estrada da Lamarosa, Foros do Paúl, Nr. 103, 2100-039 Coruche

Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 17h
 Encerramento das urnas: 19h
 Local: Sede do PSD Coruche, Travessa dos Guerreiros, Nr. 26, 2100 Coruche.

ENTRONCAMENTO:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Sede Distrital do PSD, Calçada de Mem Ramires, N.º 10, 1º andar, 2001-901 Santarém.

Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 14h30m
 Encerramento das urnas: 16h30m
 Local: Sede do PSD, Rua Almirante Reis, N.º64, 2330 Entroncamento

FERREIRA DO ZÊZERE:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Sede do PSD, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº20, 2240-909 Ferreira do Zêzere.
 Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 18h
 Encerramento das urnas: 20h
 Local: Sede do PSD, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº20, 2240-909 Ferreira do Zêzere.

GOLEGÃ:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Residência Particular, Rua das Laranjeiras, Sem número de porta, 2150-150 Golegã.
 Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 19h
 Encerramento das urnas: 21h30m
 Local: Residência Particular, Rua das Laranjeiras, Sem número de porta, 2150-150 Golegã.

MAÇÃO:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Sede do PSD, Largo dos Bombeiros Voluntários, N.º 8ªA, 6120 Mação.
 Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 20h
 Encerramento das urnas: 22h
 Local: Sede do PSD, Largo dos Bombeiros Voluntários, N.º 8ªA, 6120 Mação.

OURÉM:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015
 Hora: Até às 23h59m
 Local: Sede do PSD, Rua Carlos Vaz Faria de Almeida, N.º: 31, 1ºD, 2494-909 Ourém.
 Eleição dos Delegados:
 Data: 28/Novembro/2015
 Abertura das urnas: 17h
 Encerramento das urnas: 19h
 Local: Sede do PSD, Rua Carlos Vaz Faria de Almeida, N.º: 31, 1ºD, 2494-909 Ourém.

RIO MAIOR:
 Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados

ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015

Hora: Até às 23h59m

Local: Sede PSD, Avenida Paulo VI, Lote 102 - 1º Dto, 2040 – 325 Rio Maior

Eleição dos Delegados:

Data: 28/Novembro/2015

Abertura das urnas: 21h

Encerramento das urnas: 23h

Local: Sede PSD, Avenida Paulo VI, Lote 102 - 1º Dto, 2040 – 325 Rio Maior

SANTARÉM:

Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados

ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015

Hora: Até às 23h59m

Local: Sede do PSD Distrital de Santarém, Calçada de Mem Ramires, N.º: 10, 1º, 2001-901 Santarém.

Eleição dos Delegados:

Data: 28/Novembro/2015

Abertura das urnas: 16h

Encerramento das urnas: 19h

Local: Sede do PSD Distrital de Santarém, Calçada de Mem Ramires, N.º: 10, 1º, 2001-901 Santarém.

SARDOAL:

Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados

ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015

Hora: Até às 23h59m

Local: Sede do PSD Distrital de Santarém, Calçada de Mem Ramires, N.º: 10, 1º, 2001-901 Santarém.

Eleição dos Delegados:

Data: 28/Novembro/2015

Abertura das urnas: 20h30m

Encerramento das urnas: 22h30m

Local: Sede do PSD, Rua Bivar Salgado, nº 38, 2230 - 123 Sardoal.

TOMAR:

Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados

ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015

Hora: Até às 23h59m

Local: Sede do PSD de Tomar, Rua da Fábrica da Fiação, 57-A Loja R/c Dto, 2300-465 Tomar.

Eleição dos Delegados:

Data: 28/Novembro/2015

Abertura das urnas: 20h

Encerramento das urnas: 22h

Local: Sede do PSD de Tomar, Rua da Fábrica da Fiação, 57-A Loja R/c Dto, 2300-465 Tomar.

TORRES NOVAS:

Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados

ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015

Hora: Até às 23h59m

Local: Rua do Conde, 38 - 1º, 2350 – 421 Torres Novas.

Eleição dos Delegados:

Data: 28/Novembro/2015

Abertura das urnas: 15h

Encerramento das urnas: 17h

Local: Rua do Conde, 38 - 1º, 2350 – 421 Torres Novas.

Vila Nova da Barquinha:

Entrega das listas candidatas à eleição dos delegados

ao Congresso Distrital:

Data: 25/Novembro/2015

Hora: Até às 23h59m

Local: Sede do PSD Distrital de Santarém, Calçada de Mem Ramires, N.º: 10, 1º, 2001-901 Santarém.

Eleição dos Delegados:

Data: 28/Novembro/2015

Abertura das urnas: 20h30m

Encerramento das urnas: 22h30m

Local: Travessa Estreitinha, Loja 6ª, 2260-452 Vila Nova da Barquinha.

Notas:

As listas candidatas aos sufrágios e respetiva documentação deverão ser entregues ao presidente da mesa

da JSD concelhia/distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, nas moradas anteriormente indicadas, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (25 novembro), respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O ato eleitoral terá a duração mínima de duas horas em cada assembleia eleitoral, de acordo com os horários anteriormente indicados para cada concelhia.